

The top half of the cover features a map of Brazil in a dark blue color, set against a lighter blue background. To the right of the map, there is a decorative graphic consisting of several concentric, white, zigzag lines that create a sense of depth and movement.

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão
da Educação Brasileira 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-460-3 DOI 10.22533/at.ed.603191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SÃO ATENDIDOS PELO SAREH	
Geicinara Martins de Almeida Oliveira Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910071	
CAPÍTULO 2	12
A ESCOLA INCLUSIVA: ASPECTOS GERAIS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS	
Ester Vitória Basílio Anchieta Ezer Wellington Gomes Lima	
DOI 10.22533/at.ed.6031910072	
CAPÍTULO 3	24
A PARTICIPAÇÃO DE UMA ALUNA EM CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Rodrigo Barbuio Evani Andreatta Amaral Camargo Ana Paula de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.6031910073	
CAPÍTULO 4	40
A PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN E SEU COMPORTAMENTO DIANTE O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE	
Ivanusa Maria da Silva Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910074	
CAPÍTULO 5	48
A PRÁTICA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE SP COM ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Carolina Lourenço Reis Quedas Silvana Maria Blascovi-Assis Maria Eloisa Famá D´Antino	
DOI 10.22533/at.ed.6031910075	
CAPÍTULO 6	61
A TRAJETÓRIA DE LUTAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	
Dilene Pinheiro da Silva Ailton Vitor Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.6031910076	
CAPÍTULO 7	70
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Loryza Rodrigues Barbosa de Barros Natal Juliana Marcondes Bussolotti	
DOI 10.22533/at.ed.6031910077	

CAPÍTULO 8	85
ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: IMPLICAÇÕES NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ-PR	
Adriane de Lima Vilas Boas Bartz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910078	
CAPÍTULO 9	96
ARTE, VISÃO DE UM MUNDO COM DEFICIÊNCIA	
José Ricardo Lopes da Silva	
Laís Helena Gouveia Rodrigues	
Lucas Moreno Cavalcanti Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.6031910079	
CAPÍTULO 10	110
CONSTRUÇÃO DO SENTIDO COLETIVO EDUCACIONAL E A BUSCA DA INSERÇÃO SOCIAL DOS AUTOINSUSTENTÁVEIS: UM RELATO VIVENCIADO	
Giselda Frank	
Viviane Brandão Frigo	
Samira Furlan	
DOI 10.22533/at.ed.60319100710	
CAPÍTULO 11	115
CURRÍCULO EDUCACIONAL, UM OLHAR PELAS DIVERSIDADES	
Lucimar Araújo Braga	
Igor Antonio Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.60319100711	
CAPÍTULO 12	130
DEFASAGEM IDADE/SÉRIE E POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: AS AÇÕES DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS/RS	
Tatiane de Fátima Kovalski Martins	
DOI 10.22533/at.ed.60319100712	
CAPÍTULO 13	136
DESAFIOS DA INCLUSÃO COMO INSTITUINTE DESENCADEANTE DE MUDANÇA NA FAMÍLIA E NA ESCOLA	
Neide Barbosa Saisi	
DOI 10.22533/at.ed.60319100713	
CAPÍTULO 14	145
EDUCAÇÃO EM SAÚDE A DEFICIENTES VISUAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL	
Ana Carolina Guidorizzi Zanetti	
Kelly Graziani Giaccherro Vedana	
Anderson Heiji Lima Miyazaki	
Bárbara Gadioli	
Beatriz Molina Carvalho	
Bruna Marques Chiarelo	
Carine Sanches Zani Ribeiro	
Cíntia Coró	
Cristiano Gimenez Olímpio	
Daniele Maria Nogueira	
Isabelle Wengler Silva	

João Paulo Ferreira Rodrigues
Jonas Gabriel Pestana Gradim
Julia Cintra Gomes
Juliana Masini Garcia
Livia Maria Landgraff Pereira
Mariana Aparecida de Jesus Castro Santos
Murillo Fernando Jolo
Thainá Ferreira de Toledo Piza
Tatiana Pupim Libório

DOI 10.22533/at.ed.60319100714

CAPÍTULO 15 150

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Silvana Mara Bernardi Rizotto
Fernanda Sprada Lopes
Ivo José Both

DOI 10.22533/at.ed.60319100715

CAPÍTULO 16 154

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ana Paula Dantas Ferreira
Dayane Mary Soares da Costa
Dayse Alves dos Santos
Marcos Antônio de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60319100716

CAPÍTULO 17 171

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: A CIDADANIA ATRAVÉS DAS ONDAS DA RÁDIO ESCOLAR

Alana Lessa do Nascimento Silva
Evaldo Ribeiro Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60319100717

CAPÍTULO 18 182

ENSINO DA MATEMÁTICA PARA CEGOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vanessa Soares Sandrini Garcia

DOI 10.22533/at.ed.60319100718

CAPÍTULO 19 187

ENSINO DE LIBRAS L2 NA PERSPECTIVA DISCURSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa dos Guimarães de Carvalho
Gilmar Garcia Marcelino
Kelly Francisca da Silva Brito
Renata Rodrigues de Oliveira Garcia

DOI 10.22533/at.ed.60319100719

CAPÍTULO 20	193
INFOLIBRAS: VÍDEOAULAS PRÉ-VESTIBULAR EM LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS	
Jaison Fernando da Silva Caroline Barboza Januário Lívia Bianca Oliveira Dariva Daniele Rosa de Arruda da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100720	
CAPÍTULO 21	199
LEI N. 8.069/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA ADOLESCENTE COM COMPORTAMENTO DESVIANTE?	
Darliane Silva do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.60319100721	
CAPÍTULO 22	204
O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS MARCOS LEGAIS DO BRASIL DE 1994 A 2015	
Juliane Kelly de Figueiredo Freitas Josanilda Mafra Rocha de Moraes Lenina Lopes Soares Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100722	
CAPÍTULO 23	217
O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR POR MEIO DO ENSINO RELIGIOSO	
Patrícia Aparecida da Cunha Guilherme Alessandro Garcia Eloy Alves Filho	
DOI 10.22533/at.ed.60319100723	
CAPÍTULO 24	224
O INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA PARA SURDOS	
Rosanea Beatriz Borges Melchior José Tavares Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.60319100724	
CAPÍTULO 25	232
PLANEJAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM ENFOQUE CTS/CTSA NO ENSINO FUNDAMENTAL VISANDO À INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA PLENA	
Ivone Liphhaus Almeida Sidnei Quezada Meireles Leite	
DOI 10.22533/at.ed.60319100725	
CAPÍTULO 26	245
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS NA GARANTIA DE DIREITO À EDUCAÇÃO	
Ivana Aparecida Weissbach Moreira Rosenei Cella Rosana Cristina Kohls	
DOI 10.22533/at.ed.60319100726	

CAPÍTULO 27	251
USO DE INSTRUMENTOS MIDIÁTICOS NO PROCESSO DE LETRAMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Fernanda Cinthya de Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100727	
CAPÍTULO 28	270
TDAH: SUAS IMPLICAÇÕES COM A VIDA	
Yara Vieira Alberti	
Adriane de Lima Vilas Boas Bartz	
Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.60319100728	
CAPÍTULO 29	280
PROJETO VIVENDO AS DIFERENÇAS	
Cintia Cristina Escudeiro Biazan	
Denise Aparecida Refundini Castellani	
Sandramara Morando Gerbelli	
Viviane Franzo Juliani	
DOI 10.22533/at.ed.60319100729	
CAPÍTULO 30	291
TRANSFORMAR PARA INCLUIR – O CASO DO CAIS DE CONTAGEM-MG	
Élida Galvão do Nascimento	
Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.60319100730	
CAPÍTULO 31	301
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A PERSPECTIVA DO PROFESSOR FACE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR	
Everton Ucela Alves	
DOI 10.22533/at.ed.60319100731	
CAPÍTULO 32	312
PROPOSTA DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS UTILIZANDO ATIVIDADES E MATERIAIS ADAPTADOS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E/OU BAIXA VISÃO VERSANDO CONTEÚDOS DO ENSINO MÉDIO	
Thamires de Souza Nascimento	
Andréa Aparecida Ribeiro Alves	
DOI 10.22533/at.ed.60319100732	
SOBRE O ORGANIZADOR	323

LEI N. 8.069/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA ADOLESCENTE COM COMPORTAMENTO DESVIANTE?

Darliane Silva do Amaral

Universidade de Brasília-UnB, Faculdade de Educação
Brasília-DF

RESUMO: As discussões apresentadas nesse artigo são de caráter preliminar, uma vez que a pesquisa não se finda nesse texto. Entretanto, é nosso objetivo refletir sobre a relação das políticas públicas para adolescente autor de comportamento desviante, com foco no debate sobre os normativos legais considerando-os uma política social para um público com características tão específicas. Empiricamente, optamos pela metodologia qualitativa, na qual sugeriu-se uma matriz de categorização de dados para o estudo da Lei n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Os dados serão tratados com base em técnicas da Análise de Conteúdo, considerando quatro eixos para proceder com a análise documental, quais sejam: (i) identificação da legislação; (ii) proteção integral; (iii) adolescente/jovem; e, (iv) unidades de internação.

PALAVRAS-CHAVES: Estatuto da Criança e do Adolescente; Adolescente; Políticas Públicas.

ABSTRACT: The discussions presented in this paper are preliminary, since the research does not end in this text. However, it is our objective

to reflect on the relation of public policies to adolescent author of deviant behavior, focusing on the debate on legal norms considering them a social policy for an public with such specific characteristics. Empirically, we opted for the qualitative methodology, in which a data categorization of matrix was suggested for the study of Law n. 8,069 / 1990 - Statute of the Child and Adolescent. The data will be treated based on Content Analysis techniques, considering four dimensions to proceed with the documentary analysis, which are: (i) identification of the legislation; (ii) full protection; (iii) Adolescent/youth; and, (iv) hospitalization units.

KEYWORDS: Child and Adolescent Statute; Adolescent; Public Policy.

1 | INTRODUÇÃO

A discussão proposta no âmbito desse texto é um recorte de uma investigação maior que propõe examinar o significado da medida socioeducativa de internação para os adolescentes que cometeram atos infracionais. Dessa feita, é importante que situemos uma reflexão sobre os marcos legais que descrevem sobre a proteção integral do adolescente. Numa discussão futura pretendemos estabelecer um paralelo da visão de educação do Estado e de

como acontecem efetivamente as práticas educacionais. No Brasil, um dos marcos nas políticas públicas para a juventude se dá em meados dos anos 90 com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Na concepção de Apolinário o ECA “elevou os adolescentes ao *status* de sujeitos de direitos, implicando alterações no atendimento a eles dispensado” (APOLINÁRIO, 2014, p.206). Podemos considerar que o ECA em seu conjunto representa formalmente um sistema de proteção integral dos direitos da criança e do adolescente, incluindo também a proteção nos sistemas socioeducativos, tema pelo qual nos debruçamos com detalhes em outros textos.

A legislação brasileira para a juventude é abrangente quanto as necessidades e as especificidades do adolescente, especialmente do adolescente enquadrado como autor de comportamentos desviantes? De que modo essa legislação pode ser efetiva? Para McCowan e Gandin (2012) um dos fatores que há de se ter em conta ao falar em legislação é a ineficiência e o caráter incompetente das implementações. Ainda referem que

os direitos civis são geralmente preservados apenas de acordo com a riqueza do indivíduo envolvido, e os mais pobres quase não têm direitos sociais. Na esfera política, a participação é formal, mas não é efetiva” (MCCOWAN & GANDIN, 2012, p.89).

Com essa afirmação podemos refletir sobre a desigualdade social corroborada com o não cumprimento das leis, uma vez que estas legalmente são consideradas uma garantia igual para todos, mas na prática classifica, segrega e por vezes é um mecanismo de promoção da exclusão.

É importante dizer que a Lei Nº 8.069 de 1990, foi criada considerando os direitos previstos na Constituição Federal da República promulgada em 1988, dos quais um dos princípios fundamentais é a garantia a cidadania. Portanto, cabe ao Estado garantir que os direitos previstos em lei sejam assegurados em sua integralidade. Ademais, o ECA também contempla medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis para que em conjunto se garanta a proteção da família, incluindo a destituição da tutela caso entenda-se que os pais não reúnem condições para responder pelos filhos. A lei trata de maneira diferente o adolescente com comportamento desviante, tendo em vista a classe social em que ele vive? As responsabilizações e punições aplicadas aos pais e familiares, também se diferenciam com a condição financeira em que se vive cada família? Esses adolescentes são retirados da tutela da família com a justificativa de que as vulnerabilidades no ambiente familiar tiram das famílias as condições de cuidar do adolescente. Quais são essas vulnerabilidades? Temos cidadania e práticas cidadãs na escola? Quais são as marcas que os adolescentes com comportamentos desviantes levam da escola? O que é educação para os adolescentes e para a escola? Este texto pretende apresentar uma matriz que direcionará uma análise do ECA, pois entendemos essa legislação como uma política pública em pauta no Brasil. Julgamos pertinente pensar sobre a proposta formatada e aprovada na legislação e como ela

pode incidir no modelo de educação que o Estado brasileiro propõe aos adolescentes. Ao examinar o texto da Lei n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente pode-se fazer discussões sobre qual a visão de educação proposta pelo Estado e como ela se efetiva na realidade escolar.

Nos debruçaremos posteriormente sobre essas questões com o objetivo de confronta-las com a análise documental do ECA, mas, nesse texto pretendemos apresentar uma matriz de categorização do ECA com vistas a problematizar sobre os procedimentos metodológicos escolhidos, considerando-os como a melhor opção para amparar a discussão sobre política pública para o adolescente com comportamento desviante.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao analisar os paradigmas metodológicos de uma pesquisa, optamos pela investigação qualitativa e análise documental, por entendermos sua pertinência e adequação aos objetivos do estudo. A opção pelas diretrizes da investigação qualitativa ocorre pelo fato de essa ter-se consolidado como uma modalidade investigativa que visa “responder ao desafio da compreensão dos aspectos formadores/formantes do humano, de suas relações e construções culturais, em suas dimensões grupais, comunitárias ou pessoais” (GATTI & ANDRÉ, 2013, P. 30). A análise documental “é a representação condensada da informação, para consulta e armazenamento” (BARDIN, 2011, P. 52).

Como já referimos anteriormente, no âmbito desse texto apresentaremos em caráter preliminar a matriz de categorização para a análise da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Compreende-se por categorização:

uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos (BARDIN, 2011, p. 147).

2.1 Categorias de análise

Após uma apreciação do ECA, sugerimos quatro dimensões para guiar a análise documental e em cada dimensão nós buscaremos identificar aspectos distintos do documento. Em cada dimensão pretendemos:

- I. Identificação dos Normativos Legais, temos o intuito de informar a lei que está em análise, no que concerne aos dados da lei, e se ela é nacional ou um normativo legal da Unidade de Internação.
- II. Proteção Integral, pretendemos identificar nos normativos legais nacional e institucional quais as prerrogativas legais que podem ser consideradas como políticas sociais públicas com foco especialmente na relação jovem

e família, entendendo essa relação como um fator de proteção integral do jovem enquadrado com autor de comportamentos desviantes.

III. Adolescente/Jovem, tem como objetivo apontar na legislação os direitos e deveres do jovem.

IV. Unidade de Internação, é uma dimensão que norteará a verificação na legislação de como está regulamentado o atendimento nas Unidades de Internação com foco nas subcategorias medidas socioeducativas, pena e atendimento.

2.2 Matriz de categorização

DIMENSÕES	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	SUJEITOS
1. IDENTIFICAÇÃO DOS NORMATIVOS LEGAIS	1.1 Legislação	1.1.1 Lei nacional	1.1.1.1 Pesquisador
		1.1.2 Documento institucional	1.1.2.1 Pesquisador
2. PROTEÇÃO INTEGRAL	2.1 Políticas Sociais Públicas	2.1.1 Jovem	2.1.1.1 Pesquisador
		2.1.2 Família	2.1.1.1 Pesquisador
3. ADOLESCENTE/ JOVEM	3.1 Direito	3.1.1 Decisão	3.1.1.1 Pesquisador
	3.2 Dever	3.2.1 Decisão	3.2.1.1 Pesquisador
4. UNIDADES DE INTERNAÇÃO	4.1 Medidas socioeducativas	4.1.1 Advertência	4.1.1.1 Pesquisador
		4.1.2 Serviços à comunidade	4.1.1.2 Pesquisador
		4.1.3 Liberdade Assistida	4.1.1.3 Pesquisador
		4.1.4 Semiliberdade	4.1.1.4 Pesquisador
		4.1.5 Internação	4.1.1.5 Pesquisador
	4.2 Pena	4.2.1 Definição	4.2.1.1 Pesquisador
	4.3 Atendimento	3.3.1 Regulamentação	4.3.1.1 Pesquisador

Em seguida, o tratamento e discussão das informações obtidas serão realizados recorrendo a ferramentas da Análise de Conteúdo, compreendendo-a no quadro de um processo de formação de significados (GIL, 1999; TEIXEIRA, 2003; BARDIN, 2011; AMADO, 2013). Para tratar as informações, observar-se-ão as categorias e subcategorias de análise que constituirão os instrumentos a partir dos quais desenvolveremos as nossas inferências e interpretações. Para Gil (1999, p. 68), “a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos”.

Por outro lado, conforme Teixeira, a análise de dados “é o processo de formação de sentidos além dos dados, (...) é o processo de formação de significado” (TEIXEIRA,

2003, P. 191-192). Desse modo, essa etapa da pesquisa, exigirá o que Lessard-Herbe (1994) chama de operação intelectual, ou seja, a decomposição de um todo nas suas partes, com o propósito de relacionar as partes.

3 | CONCLUSÃO

Consideramos que a metodologia qualitativa atende ao objetivo do trabalho e propicia através da análise documental um suporte de discussão pertinente sobre a temática da juventude e das políticas públicas para adolescente considerados como autor de comportamentos desviantes. Importa-nos nesse texto um olhar sobre a legislação, pois pretendemos relacioná-lo com as políticas públicas para a juventude. Consideramos importante pensar sobre os normativos legais, pois uma vez implementados efetivamente, podem contribuir com possibilidades de desenvolvimento do adolescente.

Por fim, ao examinar o ECA importa refletir sobre a estrutura social proposta pelo Estado brasileiro, na qual os adolescentes com comportamentos desviantes estão, mas da qual não necessariamente participam enquanto integrantes efetivos e que muitas vezes não recebem a proteção integral prevista em lei.

REFERÊNCIAS

Amado, J. (Org.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Editora Universty Press, 2013.

Apolinário, F. Entre Muros: educação profissional como estratégia de inserção social para adolescentes em privação de liberdade. In Macambira, J. & Andrade, F. (Orgs.) . **Estado e Políticas Sociais: fundamentos e experiências**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho e Universidade Estadual de Fortaleza, 203-226, 2014..

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília.

Gatti, B; André, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In WELLER, W., PFAFF, N. (Orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 29-38, 2013.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Altas, 1999.

Lessard-Hébert, M. **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. Lisboa: Gradiva, 1994.

Mccowan, T., Gandin, L. Reinventando espaços educacionais, construindo uma cidadania atuante: duas experiências brasileiras. In: Cowen, R., Kazamias, A., Ulterhalter, E. (orgs.) **Educação Comparada: panorama internacional e perspectivas**. Brasília: UNESCO, CAPES, 89-109, 2012.

Teixeira, E. A análise de dados na pesquisa científica. Importâncias e desafios em estudos organizacionais. **Red de revistas Científicas de América latina y el Caribe, España y Portugal**, v. 1, n. 2, 177-202, jul./dez, 2003.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-460-3

